



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SOLICITAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

NOME DE FANTASIA		CNPJ	
NOME EMPRESARIAL		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
CONSELHO A QUE ESTÁ FILIADA		Nº DE INSCRIÇÃO	CÓDIGO JUNTA COMERCIAL
ENDEREÇO		BAIRRO/CEP	
MUNICÍPIO	U.F.	E-MAIL	
REPRESENTANTES LEGAIS			FONES
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL			
DADOS BANCÁRIOS:			
BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE	
BOA VISTA(RR), ____ / ____ / ____			ASSINATURA PROPRIETÁRIO:

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

1. Cédula de identidade dos Representantes legais;
2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF dos Representantes legais;
3. Requerimento do empresário, no caso de empresa individual, ou;
4. Ato constitutivo, Estatuto social ou Contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações acompanhados de documentos de eleição de seus administradores e suas alterações consolidadas nos termos da Lei nº 10.406/2002 ou inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou:
5. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
6. Documento do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
7. Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal na forma da lei;¹
8. Prova de regularidade relativa à: Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
9. Certidão(ões) negativa(s) de recuperação judicial - Lei n.º 11.101/05 (falências e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor(es) de sua sede; se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado de Roraima, a(s) certidão(ões) deverá(ão) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionando o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial;
10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou outra equivalente, na forma da lei;
11. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual (Ficha de Inscrição do Contribuinte - FIC ou Ficha de Atualização Cadastral – FAC), exceto para empresas que prestam somente serviços;
12. Registro ou inscrição na entidade profissional competente;²
13. Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
14. Demonstrações contábeis do último exercício social que comprovem a boa situação financeira da empresa (especialmente: o Balanço Patrimonial e a DRE – Demonstração de Resultado de Exercício), com o selo do contador e registro na junta comercial;
15. Alvará acompanhado da Taxa de Inscrição Municipal - TIM ou Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

OBS: Todos os documentos deverão ser apresentados:

1. *Em original, por meio de cópias reprográficas, devidamente autenticadas em cartório competente, ou com apresentação do original, podendo neste caso a Comissão Permanente de Licitação do TJRR conferir a autenticidade das cópias apresentadas;*
2. *Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido;*
3. *As certidões, quando nada dispuserem sobre sua validade, serão aceitas desde que expedidas nos 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação neste Tribunal.*

¹ As certidões relativas à Fazenda estadual e Municipal deverão ser emitidas na sede ou domicílio da empresa licitante;

² No caso de empresas registradas em Conselhos Regionais como CREA, CRC, CRQ, etc,...